

ANAIS DE RESUMOS



II Seminário

Observatório

Nosotras

“Rompendo Silêncios e Construindo Resistências no Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e Meninas”



Organização:
Vini Rabassa da Silva
Janaina da Silva Guerra
Cristiani Gentil Ricordi
Bárbara Domingues Nunes
Caroline Cestito Araújo



Juntos
por novas
possibilidades

**OBSERVATÓRIO NOSOTRAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA
CONTRA MULHERES NA ZONA SUL DO RIO GRANDE DO SUL**

ANAIS DE RESUMOS

II SEMINÁRIO DO OBSERVATÓRIO NOSOTRAS

**“ROMPENDO SILÊNCIOS E CONSTRUINDO
RESISTÊNCIAS NO ENFRENTAMENTO À
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS”**

2

ANAIS DE RESUMOS
II SEMINÁRIO DO OBSERVATÓRIO NOSOTRAS

**“ROMPENDO SILÊNCIOS E CONSTRUINDO RESISTÊNCIAS NO
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS”**

ORGANIZADORAS

Vini Rabassa da Silva
Janaina da Silva Guerra
Cristiani Gentil Ricordi
Bárbara Domingues Nunes
Caroline Cestito Araújo

AUTORAS

Bruna da Rosa Alves
Miriam Steffen Vieira
Dandara Barcellos de Oliveira
Francys Peruzzi Saleh
Jessica de Souza Oliveira
Queles Cristina Silva de Braz
Rosemeri de Freitas Ulguim Amaral
Mariana de Oliveira Monteiro
Laura Alves Menon
Aknaton Toczec Souza
Ana Caroline Montezano Gonsales Jardim
Simone Maciel Pederzolli
Samara Moreira de Paula
Alene Silva da Rosa
Annanda Dias Almeida
Neusa Elaine Couto Ledesma
Adathiane Farias de Andrade

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471a Seminário Observatório Nosotras: “Rompendo silêncios e construindo resistências no enfrentamento à violência contra mulheres e meninas.”. (2: 2024: Pelotas, RS).

Anais [Recurso eletrônico] / II Seminário Observatório Nosotras: “Rompendo silêncios e construindo resistências no enfrentamento à violência contra mulheres e meninas.”: resumos. – Pelotas: UCPEL, 2024.

ISBN - 978-65-01-52642-3

1.Violência contra as mulheres - Congresso. I. Universidade Católica de Pelotas. II. Título.

CDD 305

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária Cristiane de Freitas Chim CRB 10/1233

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS – UCPEL

Dom Jacinto Bergmann – Chanceler
José Carlos Pereira Bachettini Júnior – Reitor
Marcus Bicalho Pinto Rodrigues – Vice-Reitor
Moema Nudilemon Chatkin – Pró-Reitora Acadêmica
Magda Pautz Westermann – Pró-Reitora Administrativa

Centro de Ciências Sociais e Tecnológicas

Ana Cláudia Vinholes Siqueira Lucas – Diretora

Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos

Luiz Antônio Bogo Chies – Coordenador
Monica de La Fare – Coordenadora Adjunta

COMISSÃO CIENTÍFICA

Vini Rabassa da Silva
Christiane Russomano Freire
Mara Rosange Acosta de Medeiros
Mônica de La Fare
Bárbara Domingues Nunes

COMISSÃO ORGANIZADORA

Vini Rabassa da Silva
Janaina da Silva Guerra
Cristiani Gentil Ricordi
Bárbara Domingues Nunes
Caroline Cestito Araújo

COMISSÃO DE RECEPÇÃO E PROTOCOLO

Rosemeri de Freitas Ulguim Amaral
Carla Isabel De Oliveira Marinho e Silva
Thais Isabel Huckembeck Medeiros

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Cristiani Gentil Ricordi
Avelino da Rosa Oliveira

CAPA

Cristiani Gentil Ricordi

A revisão textual e de conteúdo é de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

APRESENTAÇÃO

Profa. Dra. Vini Rabassa da Silva

O **Observatório NOSOTRAS de Enfrentamento à Violência contra Mulheres na Zona Sul do Rio Grande do Sul** é uma iniciativa do Grupo de Pesquisa e Extensão em Políticas Sociais, Cidadania e Serviço Social – UCPEL/CNPq, vinculado ao PPG em Política Social e Direitos Humanos (PPG PSDH – UCPEL), da Universidade Católica de Pelotas, criado em 2023, o qual tenho a honra de coordenar. Sua atuação prioriza, por um lado, a produção, monitoramento e divulgação de indicadores da violência contra a mulher, bem como a realização de pesquisas sobre serviços de atendimento e programas sociais dirigidos ao fenômeno da violência como definido pela Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), incluindo feminicídio tentado, feminicídio consumado, estupro, ameaças e lesões corporais. Por outro lado, sua ação está igualmente voltada à promoção de cursos e eventos abertos à comunidade acadêmica, agentes de políticas públicas para mulheres e pessoas da sociedade civil, interessadas na temática. A proposta de realização de Seminários anuais, de certo modo, visa atender, simultaneamente, essas duas linhas de ação.

Neste II Seminário, projetado a partir do tema **“Rompendo silêncios e construindo resistências no enfrentamento à violência contra mulheres e meninas”**, convidamos pesquisadores(as), ativistas, profissionais e demais interessados(as), com a finalidade de oportunizar um espaço para aprofundar o debate sobre a violência contra mulheres na região sul do Brasil, incentivando a consolidação e expansão de políticas públicas voltadas para o seu enfrentamento. O Seminário acabou por consolidar-se como importante momento de troca de estudos e experiências, fortalecimento de iniciativas de combate à violência e divulgação de relevantes produções sobre o tema.

Assim, podemos afirmar que todas as atividades constantes da programação, incluindo-se aí as comunicações orais apresentadas durante o evento, cujos resumos constituem os presentes Anais, foram importantes contribuições para ampliar o alcance das discussões e a visibilidade das produções voltadas à defesa dos direitos das mulheres.

Destarte, a presente publicação dos **Anais do II Seminário dos Observatório NOSOTRAS – Rompendo silêncios e construindo resistências no enfrentamento à violência contra mulheres e meninas**, cumpre o papel de registrar e tornar acessível aos(às) interessados(as) o estágio das reflexões e ações que foram objeto de apresentação e debate.

PROGRAMAÇÃO

25/11/2024 – Evento Híbrido

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES ORAIS (apresentações simultâneas por eixo) – 9h às 12h

Grupo 1: Eixo – Educação e combate à violência contra a mulher.

Grupo 2: Eixo – Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: funcionamento, êxitos, entraves e desafios e Eixo – Políticas de saúde no atendimento à violência contra a mulher.

Grupo 3: Eixo – Política de assistência social e proteção social às mulheres em situação de violência e Eixo – Organizações e iniciativas feministas para o enfrentamento da violência contra mulheres.

MESA DE ABERTURA – 14h

- Profa. Dra. Vini Rabassa da Silva – Coordenadora do Observatório NOSOTRAS de Enfrentamento à Violência contra Mulheres na Zona Sul do Rio Grande do Sul
- Profa. Dra. Moema Nudilemon Chatckin – Pró-Reitora Acadêmica da Universidade Católica de Pelotas
- Diná Lessa Bandeira – Rede Sul de Proteção aos Direitos das Mulheres e Meninas – Representante das parcerias externas do Observatório NOSOTRAS
- Eva Santos – Representante do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres de Pelotas – CONDIM de Pelotas

PAINEL – 15h

- Políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres no Brasil: propostas e desafios – Niara de Oliveira (*Jornalista e Escritora, pesquisadora sobre Femicídio, integrante da Lupa Feminista, COMDIM-Pelotas e CEDM-RS*)
- Principais manifestações e desafios da violência contra mulheres na fronteira sul com o Uruguai – Yandira Alvarez Plada (*Professora no Centro de Estudios de la Frontera, Cenur Noreste, Universidad de la Republica, Uruguay - Udelar*)
- Contextualização da violência contra mulheres no RS e propostas para o enfrentamento – Marina Soares Mota (*Professora Doutora na Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, Coordenadora do Coletivo Hildete Bahia: Diversidade e Saúde, integrante da Frente Feminista 8M*)

SESSÃO DE ENCERRAMENTO – 17h

Profa. Dra. Vini Rabassa da Silva – Coordenadora do Evento

RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES ORAIS



Grupo 1

Eixo – Educação e combate à violência contra a mulher

A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL COMO FORMA DE COMBATE À VIOLÊNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA PRIVADA DE NÍVEL TÉCNICO

Eixo: Educação e combate à violência contra a mulher

Etapa e/ou ao tipo de trabalho: Relato de Experiência

Bruna da Rosa Alves

Miriam Steffen Vieira

Resumo: Compartilho aqui minha experiência como orientadora educacional em uma escola privada de nível profissionalizante na área da saúde. O público atendido é majoritariamente composto por mulheres com mais de 30 anos, que, além de alunas, são mães, trabalhadoras autônomas (principalmente em atividades relacionadas ao cuidado) ou assalariadas do setor comercial. Desde o início, nosso objetivo foi promover um ambiente seguro e acolhedor, entendendo a escola como um espaço para o desenvolvimento profissional e pessoal dos alunos. Para tanto, implementamos um programa robusto de orientação educacional, que inclui estágios em grupos supervisionados por professores orientados para relatar comportamentos e situações atípicas, oferecer feedbacks individualizados e encaminhar os alunos para serviços de atendimento especializado, quando necessário. O programa também abarca o controle constante de frequências e a identificação de alunos evadidos ou com matrículas canceladas. Essa aproximação com os alunos estabeleceu laços de confiança, permitindo-nos conhecer melhor suas histórias pessoais e acompanhar diversos casos de violência física, patrimonial e emocional, que foram assistidos de diferentes formas. O acompanhamento individualizado mostrou-se uma alternativa viável e eficaz no combate à evasão educacional, além de contribuir com a melhora dos índices educacionais. Ademais, ficou evidenciada a importância de um olhar atento e cuidadoso para o bem-estar dos alunos no enfrentamento à violência de gênero, na promoção da autonomia feminina e na transformação da vida dessas alunas e de seus dependentes.

Palavras-chave: orientação educacional; violência de gênero; evasão escolar.

A PROTEÇÃO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL: DIREITO À TRANSFERÊNCIA ESCOLAR

Eixo: Educação e combate à violência contra a mulher

Etapa e/ou ao tipo de trabalho: Pesquisa com resultados parciais

*Dandara Barcellos de Oliveira
Francys Peruzzi Saleh*

Resumo: A violência doméstica atinge não só a vítima direta, mas também sua família, em especial, seus filhos. No Brasil, a proteção de crianças e adolescentes é garantida por um conjunto de leis que assegura direitos fundamentais. Um dos principais instrumentos é o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), que estabelece diretrizes para a universalização do ensino e atendimento a crianças em situação de vulnerabilidade. No entanto, ainda não existe uma regulação própria para casos de transferência escolar devido à violência doméstica, sendo todas as medidas baseadas no princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, conforme o artigo 227 da Constituição Federal. Devido à violência sofrida, muitas mulheres precisam mudar de residência ou bairro, o que obriga seus dependentes menores de idade a trocarem de unidade escolar. O direito à matrícula em uma escola próxima à residência da criança está assegurado pela legislação brasileira, fundamentando-se no princípio do acesso à educação como direito fundamental. A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) contêm dispositivos que garantem esse direito. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar a efetivação desse direito de transferência escolar, verificando como são atendidos os pedidos motivados pela violência doméstica. A pesquisa será documental e bibliográfica, com consulta de dados junto à Secretaria de Educação do Município de Pelotas para verificar como ocorre esse processo. Esta investigação tem como intento contribuir para identificar possíveis lacunas e propor medidas que assegurem a continuidade educacional em contextos de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Direito à Educação; Transferência escolar; Violência doméstica.

DA CAÇA ÀS BRUXAS À PROPRIEDADE PRIVADA: A NATURALIZAÇÃO DA DOMINAÇÃO E DA VIOLAÇÃO DOS CORPOS FEMININOS

Eixo: Educação e combate à violência contra a mulher

Etapa e/ou ao tipo de trabalho: Pesquisa com resultados finais

Jessica de Souza Oliveira

Resumo: Teriam sido os corpos femininos a primeira "propriedade privada" criada pelos homens? Teria sido, então, a partir da dominação das mulheres pelos homens o fator fundamental para consolidar o sistema capitalista? Intelectuais como Silvia Federici e Gerda Lerner revelam através de suas profundas pesquisas históricas sobre a construção do Patriarcado e a consolidação do Capitalismo, que a primeira posse dos homens aconteceu no território do corpo de mulheres e das suas forças de trabalho exploradas em diversas camadas, apresentando um aprofundamento de acordo com a classe social e raça/etnia dos grupos de mulheres. Todo esse processo levou a naturalização do autoritarismo e da violência sofrida pelas mulheres como uma forma de estratégia política para manutenção dos privilégios masculinos. Dessa forma, podemos compreender que a violência doméstica, ou a violência de gênero, que por muito tempo foi referida em nossa sociedade como natural, “pois o machismo sempre existiu, desde o tempo das cavernas”, como diria o senso comum, ao analisarmos historicamente a construção das sociedades, percebemos que houve, na verdade, uma construção estratégica de mecanismos para enfraquecer o papel e a influência das mulheres socialmente, de modo a elevar o poder e a influência social dos homens. Nesse sentido, o Estado contribuiu, e muito, para a consolidação da hierarquia patriarcal e a naturalização da violência contra a mulher de forma institucionalizada, ou seja, através do estabelecimento de leis e normas que favoreceram a violação da dignidade feminina. Como diria Simone de Beauvoir (1967), “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os oprimidos”. Por isso, uma das artimanhas do patriarcado, assim como de outras estruturas de opressão, é a de gerar alienação e colocar os oprimidos, neste caso é sobre as mulheres, umas contra as outras. Obviamente essa “cumplicidade” é feita de forma inconsciente, alienada. O oprimido que apoia o opressor age sem perceber que está prejudicando a si próprio e aos seus semelhantes. Portanto, não podemos dizer que as mulheres são machistas, tendo em vista que não se beneficiam dos efeitos do patriarcado, porém, podem reproduzir o machismo, considerando que são educadas por diversos meios para acreditar na sua inferioridade biológica e no dever de submissão aos homens. Todavia, se a educação pode alienar quando utilizada para satisfazer interesses egoístas, ela também pode libertar quando promovida em prol do bem comum. Portanto, implementar a educação de gênero é fundamental para desconstruir toda a naturalização do machismo e dos papéis de gênero construídos, até então, em nossa sociedade para favorecer aos homens. Podemos assim, construir relações sociais justas e equitativas, promovendo a transformação social.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Patriarcado, Educação de gênero; Transformação Social.

VIOLÊNCIA NÃO VERBAL E SUAS EXPRESSÕES DO PRECONCEITO: A CONDIÇÃO DA MULHER TRANS NA REGIÃO SUL DO SUL DO BRASIL

Eixo: Educação e combate à violência contra a mulher

Etapa e/ou ao tipo de trabalho: Relato de Experiência

*Queles Cristina Silva de Braz
Rosemeri de Freitas Ulguim Amaral*

Resumo: O presente trabalho tem a finalidade, a partir da experiência vivenciada pelas autoras em abrigo temporário que recebeu pessoas em situação de refúgio climático, na cidade de Pelotas no sul do Rio Grande do Sul, num momento de catástrofe ambiental, demonstrar a violência não verbal e suas expressões do preconceito direcionadas a mulheres trans naquele espaço coletivo em um momento de maior fragilidade. A situação das mulheres trans, na sociedade brasileira, é permeada por diversos aspectos que tornam suas vidas e cotidianos atravessados por múltiplas formas de violência estrutural e simbólica, dentre elas, a não verbal. Os corpos falam por meio dos olhares discriminatórios e carregados de julgamentos, de gestos de desdém que transmitem a rejeição e/ou desconforto, que comunicam os preconceitos arraigados na sociedade, transmutado na não aceitação e na tentativa de invisibilizar e negar a sua identidade. Durante o período que abrangeu esse relato de experiência, essa violência não verbal foi descrita pelas mulheres trans que coabitaram o local, através de situações que aparentemente poder-se-ia considerar como algo banal, trivial, mas que se apresenta emblemática, demonstrando e exemplificando essa negação da identidade, reforçando o preconceito, marginalizando-as, ainda mais, como por exemplo: o ato da entrega de peça masculina de roupas, na tentativa, consciente ou não, de impor um estatuto cisgênero e heteronormativo, utilizado num sentido de controle social. A transfobia existente socialmente é evidenciada pelas dinâmicas de atos simbólicos e não verbais que marcam e demarcam, o preconceito, a desigualdade de gênero, o machismo, a violência, quase imperceptíveis aos olhos de quem vê, mas não na pele de quem vive. Além disso, implica profundas e dolorosas sequelas emocionais e exclusão social que refletem diretamente em como essa mulher se reconhece e na sua percepção de pertencimento no mundo. Conclui-se, então, que, frente a esses aspectos, vislumbra-se a importância da construção de novas culturas políticas, sociais e educacionais para o seu enfrentamento, tais como: movimentos de conscientização, ações que desenvolvam políticas públicas que ofertem às mulheres trans visibilidade e lugar de pertencimento social, econômico e cultural em nossa sociedade.

Palavras-chave: Mulheres Trans, Violência Não Verbal; Preconceito; Educação.

RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES ORAIS



Grupo 2

**Eixo – Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência:
funcionamento, êxitos, entraves e desafios**

Eixo – Políticas de saúde no atendimento à violência contra a mulher

VIOLÊNCIA EM ASCENSÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM PELOTAS ATRAVÉS DE BOLETINS TÉCNICOS FEITOS NO GITEP-UCPEL

Eixo: Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: funcionamento, êxitos, entraves e desafios

Etapa e/ou ao tipo de trabalho: Relato de Experiência

*Laura Alves Menon
Aknaton Toczec Souza*

Resumo: Este relato, fruto da produção de Boletins Técnicos desenvolvidos pelos discentes da Universidade Católica de Pelotas e do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, mediante orientação do Professor Aknaton Toczec, através de publicações do Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários (GITEP), aborda a importância político-pedagógica dos resultados obtidos pelos Boletins (04 e 05), tratando-se da violência em ascensão e a crise dos crimes contra mulheres em Pelotas no ano de 2024, e da violência sexual contra vulneráveis no mesmo local. Além de investigar questões sociais e criminais urgentes, o processo de elaboração dos Boletins também desempenha papel central na formação pedagógica e científica dos discentes, desenvolvendo habilidades críticas para a prática jurídica e pesquisa em ciências sociais. Objetivou-se analisar o aumento de casos de violência às mulheres e vulneráveis através de dados obtidos pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, focando alertar e projetar informações referentes ao aumento dos casos de violência de gênero no município, utilizando os dados analisados para explicitar as falhas na segurança pública e nas políticas sociais institucionais em garantir a proteção e defesa das vítimas. Os métodos de produção foram miscigenados, visando superar a dicotomia entre metodologias quantitativas (necessárias para o levantamento dos dados) e qualitativas (fundamentais para uma crítica sociológica do problema e para alertar a comunidade), através de análise real-relacional, valendo-se da estatística ao trabalho de campo e também, uma observação participante enquanto membros ativos em prol de maior justiça social às vítimas. Foram observadas fontes documentais, para que pudessemos analisar as redes de apoio e enfrentamento na cidade para entender seus projetos e dificuldades. Nesse propósito, concatenam-se os dados com referenciais teóricos feministas que analisam a violência de gênero, e de teóricos da sociologia para melhor abordagem questionadora. A experiência permitiu que a investigação tivesse uma ótica crítica, mas também pudesse alertar e sensibilizar a comunidade da situação alarmante que inúmeras vítimas sofrem, visto que, é observável que a maioria das violências ocorre nos lares, por conhecidos e familiares, e os números de ameaças, agressões físicas e sexuais às mulheres de variadas faixas-etárias aumentam cada vez mais no município. Produzir coletivamente demonstrou o potencial transformador de integrar dimensões pedagógicas e críticas ao processo de ensino-aprendizagem. Por meio de uma abordagem interdisciplinar e engajada, não

apenas desenvolvemos competências acadêmicas e profissionais, mas participamos ativamente de uma iniciativa buscando conscientizar a comunidade e mobilizar ações públicas mais efetivas. Divulgando os resultados de maneira acessível e fundamentada, o projeto se consolida como importante ferramenta de formação cidadã e intervenção social. Assim, os Boletins não apenas alertam sobre o problema da violência de gênero, mas também fortalecem o compromisso acadêmico e social de formar profissionais conscientes, críticos e atuantes.

Palavras-Chave: Violência de Gênero; Estupro de Vulnerável; Políticas Públicas; Segurança Pública.

O SERVIÇO SOCIAL NOS JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: SISTEMATIZAÇÃO DO TRABALHO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA COMARCA DE PELOTAS

Eixo: Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: funcionamento, êxitos, entraves e desafios

Etapa e/ou ao tipo de trabalho: Relato de Experiência

Ana Caroline Montezano Gonsales Jardim

Resumo: Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDF) estão presentes no Rio Grande do Sul (RS), tanto na cidade de Porto Alegre, como em 12 comarcas do interior do estado. Pelotas é um dos municípios que dispõe de JVDF e que conta com equipe multiprofissional (01 Assistente Social e 01 Psicóloga). A Comarca de Pelotas abrange outros municípios da região: Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu. O Serviço Social faz parte das equipes multiprofissionais do Poder Judiciário (Lei 11.340/2006) e na comarca de Pelotas, se insere em processos de trabalho coletivos que dizem respeito à aplicação das medidas protetivas às mulheres em situação de violência e seus filhos. Por parte do JVDF, os processos judiciais em que a medida protetiva se estende às crianças e adolescentes, são remetidos ao Serviço Social para fins de estudo social com foco no impacto da violência ao grupo familiar, observando-se a necessidade de suspensão e/ou restrição do convívio entre o autor da violência e seus filhos. No trabalho pericial, busca-se conhecer os impactos da violência doméstica na vida das mulheres, crianças e adolescentes, a partir de uma perspectiva interseccional (Collins e Bilge, 2020), considerando que a experiência social da violência apresenta particularidades de acordo com as “[...] categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, etnia e faixa etária – entre outras” (Idem, p.16), que são inter-relacionadas. Tenório (2018, p.5), a partir do Serviço Social, constrói reflexões críticas e feministas sobre o Direito e o Sistema de Justiça, apresentando que a violência de gênero, mesmo que se trate de um fenômeno coletivo, assume particularidades na vivência singular de cada mulher “[...] inclusive subjetivas, de acordo com as diferenças nacionais, regionais, sociais, econômicas e individuais”. Além da dimensão investigativa do trabalho em Serviço Social, através dos estudos sociais, são realizadas articulações entre os serviços existentes na rede de atendimento para fins de fortalecimento da mulher em situação de violência. Por meio da sistematização do trabalho profissional (Almeida, 1995) é possível identificar alguns desafios na rede de atendimento. Um dos aspectos observados, diz respeito à necessidade de acompanhamentos, através de serviços especializados, às crianças e adolescentes que testemunharam e/ou foram vítimas diretas ou indiretas da violência, dimensão que encontra fragilidades na atual rede de proteção. Igualmente, o serviço que ofertava grupos reflexivos de gênero para homens autores de violência, foi fechado. E, considerando que no JVDF da Comarca de Pelotas são atendidas

mulheres de outros quatro municípios, o que se observa é que nestas localidades não existem serviços específicos para o atendimento das mulheres, o que repercute em fatores de desproteção social tanto para as mulheres, quanto para seu grupo familiar.

Palavras-chave: Serviço Social, violência doméstica, crianças e adolescentes

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, N. L. T. de. Retomando a temática da sistematização da prática. In: BRAVO, M. I.; MOTA, A. E.; TEIXEIRA, M. **Serviço Social e saúde:** formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006, p. 399-408. BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340, De 7 de agosto de 2006.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE; Sirma. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]; tradução Rane Souza. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

TENORIO, Emily. Sobre a lei maria da penha e as medidas de proteção de urgência judiciais. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p. 220-238, jul./dez. 2018

A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO ATENDIMENTO CLÍNICO

Eixo: Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: funcionamento, êxitos, entraves e desafios

Etapa e/ou ao tipo de trabalho: Relato de Experiência

Simone Maciel Pederzolli

Resumo: Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a violência contra a mulher como uma questão de saúde, que tem por base o estágio curricular de Serviço Social realizado na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Pelotas, para evidenciar como esta questão ainda é ignorada em atendimentos clínicos. A pesquisa desenvolvida, como parte do processo de aprendizado curricular, revelou que algumas mulheres atendidas, naquela Faculdade, apresentavam sinais de violência doméstica, detectadas através do exame clínico do profissional durante a triagem. Foram atendidos casos bem graves, como dentes da frente todos quebrados, necessitando de extração geral dos mesmos, e que a mulher relatou que foi em briga de vizinhos, mas a todo momento contava uma história diferente. Outros casos, em que as mulheres apresentavam marcas internas dentro da boca, sinal visível de violência. Quando a situação chegava até o serviço social, o que era muito raro, acabávamos descobrindo que não tinha sido notificado para a Vigilância Sanitária e que tão pouco a mulher fazia parte de alguma rede de atendimento. Além destes exemplos de violência física, foram observadas formas de violência institucional, como a falta de sigilo em atendimentos relacionados com situações delicadas, a ausência de isolamento acústico na sala do Serviço Social, que comprometia a privacidade das mulheres para relatarem episódios de violência, expondo-as a constrangimentos, o que tem sido apontado como um dos tipos de revitimização institucional. Constatamos, que quando o atendimento clínico fica centrado nos sinais visíveis provocados no corpo, esquecendo a perspectiva da integralidade do cuidado, na atenção à saúde, a violência contra a mulher fica invisibilizada e sua reprodução, dentro de uma sociedade patriarcal, acaba facilitada por uma violência que é também estrutural e institucionalizada, pois resulta de uma falta de formação e de sensibilização dos agentes de saúde, para o acolhimento e encaminhamento adequado das vítimas de violência. Em um levantamento feito com discentes, foi verificada a ausência de formação específica sobre a necessidade da notificação compulsória de casos de violência, bem como, da importância da intersetorialidade para um atendimento integral. E, assim, todos estes fatores subjetivos (vergonha, desconhecimento dos direitos), e institucionais (inadequação de estrutura física, falta de qualificação profissional, desconhecimento sobre a Lei de notificação compulsória) acabam se entrelaçando e gerando a invisibilidade da violência contra a mulher na sociedade, fazendo com que possa se afirmar que as estatísticas apresentadas sobre este tipo de violência são muito inferiores as situações que realmente acontecem.

Palavras-chave: Violência; mulher; saúde; rede; humanização.

MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DR. MIGUEL RIET CORRÊA JR. (HU-FURG).

Eixo: Políticas de saúde no atendimento à violência contra a mulher

Etapa e/ou ao tipo de trabalho: Relato de Experiência

Mariana de Oliveira Monteiro

Resumo: O Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr. (HU-FURG) é uma unidade de saúde pública vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS), localizada no município de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Nesse contexto, o hospital tem registrado um número crescente de internações decorrentes de tentativas de feminicídio e violência doméstica. No Rio Grande do Sul, o Observatório da Violência Contra a Mulher monitora e divulga, mensalmente, indicadores relacionados à violência de gênero, incluindo lesões corporais, ameaças, estupro em contexto familiar ou íntimo, além de feminicídios tentados e consumados. A violência contra a mulher reflete-se de forma direta em outras áreas, como na saúde pública. Com o objetivo de aprimorar a resposta da rede de proteção às mulheres e melhorar a qualidade de vida das vítimas, foi realizado um levantamento, com base nas fichas do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), sobre violência doméstica contra a mulher nos anos de 2023 e no primeiro semestre de 2024. Diante desse cenário, os assistentes sociais do HU-FURG desenvolveram uma rotina padronizada de atendimento, denominada “Acolhimento e Escuta Qualificada a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica”. A violência doméstica tem sérios impactos na vida das mulheres, frequentemente resultando em baixa autoestima, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e depressão. Entre as ações realizadas pelos assistentes sociais para mitigar os efeitos dessa violência, destacam-se o acolhimento social, com o uso de perguntas direcionadas, orientações sobre direitos, atualização e preenchimento das fichas do SINAN, além do encaminhamento das vítimas para a rede de proteção às mulheres.

Palavras-chave: violência doméstica; acolhimento; assistentes sociais; feminicídio; rede de proteção.

RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES ORAIS



Grupo 3

Eixo – Política de assistência social e proteção social às mulheres em situação de violência

Eixo – Organizações e iniciativas feministas para o enfrentamento da violência contra mulheres

MULHERES USUÁRIAS DE DROGA E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: VIOLÊNCIA DO ESTADO E DESPROTEÇÃO SOCIAL

Eixo: Política de assistência social e proteção social às mulheres em situação de violência

Etapa e/ou ao tipo de trabalho: Pesquisa com resultados parciais

*Alene Silva da Rosa
Vini Rabassa da Silva*

Resumo: O trabalho é fruto das aproximações iniciais com a temática que irá compor as discussões desenvolvidas na tese de doutorado, e tem como objetivo compreender o atendimento e cuidado realizado pela política de assistência social às mulheres que são mães e que fazem uso de drogas. A pesquisa orientada pelo materialismo histórico e dialético, se caracteriza enquanto um estudo documental e bibliográfico. A partir de uma busca no banco de teses e dissertações no portal da CAPES na área do Serviço Social, identificamos dois trabalhos que tratam sobre maternidade e uso de drogas vinculados a política de assistência social. À questão da maternidade nos parece ser um assunto primordial ao se discutir sobre a política de drogas e a política de assistência social, pois, compreendemos que a maternidade é construída em bases patriarcais, de classe, raça e gênero, e institui um modelo ideal de maternar a serviço do processo de produção e reprodução do sistema capitalista. Nesse modelo ideal, as mulheres são as responsáveis pelo cuidado integral e educação das crianças e adolescentes, elas não exercem atividades remuneradas e nem fazem uso de drogas. A partir desse ponto de partida, analisando a produção do conhecimento e também a atuação de movimentos sociais de mulheres que fazem uso de drogas, entendemos que há um processo de criminalização das mulheres usuárias de drogas, principalmente daquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica. Essa violência e criminalização ocorre de forma comum através da ação dos agentes do Estado, principalmente no caso de uso de drogas, em que há a separação dos bebês e de suas mães ainda no contexto hospitalar. Esses são encaminhados para instituições de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, equipamentos que compõem a política de assistência social, especificamente os serviços de proteção social especial de alta complexidade. Essa ação acaba por impedir que essas mulheres possam exercer o seu maternar, pois elas subvertem um modelo ideal de mãe e de maternidade. Essas mulheres invisíveis durante sua trajetória de vida, vivendo em territórios periféricos, sem acesso a direitos sociais e desprovidos de serviços de cuidado e proteção social, são vistas na incapacidade de exercício da maternidade. As instituições de acolhimento institucional tornam-se a porta de entrada de seus bebês visando a proteção da criança, mas não a dessas mulheres. Nesses casos, o que percebemos é que o Estado falha no exercício do seu caráter protetivo e preventivo de cuidado dessas mulheres ao longo da sua trajetória, e posteriormente violenta e criminaliza essas mulheres ao lhes tirar o direito do exercício da maternidade, ao julgá-las como incapaz.

Palavras-chave: Mulheres usuárias de drogas; Política de assistência social; Violência do Estado; Desproteção Social.

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Eixo: Política de assistência social e proteção social às mulheres em situação de violência

Etapa e/ou ao tipo de trabalho: Relato de Experiência

Samara Moreira de Paula

Resumo: Historicamente, o Serviço Social tem se comprometido com novas estratégias de enfrentamento à violência doméstica no Brasil. No contexto de gênero, os assistentes sociais reafirmam seu compromisso na luta pela igualdade das mulheres na sociedade e na oferta de serviços que garantam proteção e suporte, visando à ruptura do ciclo de violência. Este trabalho apresenta um estudo de caso sobre a importância do trabalho do assistente social na Política de Assistência Social atuando na proteção e enfrentamento à violência doméstica. A pesquisa foi realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de Canguçu (RS) e consiste em um relato de experiência sobre o trabalho do profissional na formação e condução de um grupo socioeducativo composto por mulheres vítimas de violência atendidas pelo serviço. O objetivo foi identificar as principais dificuldades enfrentadas por elas e as melhores estratégias para auxiliá-las no processo de superação da violência. Logo, o trabalho do assistente social junto com os demais membros da equipe foi fundamental para promover o fortalecimento emocional, social e emancipatório dessas vítimas. Esta atividade foi desenvolvida através de encontros quinzenais, ocorridos durante o período de cinco meses, para apresentação e debate de assuntos direcionados à busca pela identificação da sua situação de violência e dos impactos causados em suas vidas e na vida de seus filhos e familiares, também, foram debatidos conceitos sobre a saúde física e psicológica que serviram de apoio para às participantes, direitos das mulheres e Lei Maria da Penha, e atividades como dia de beleza e aula de zumba promovendo momentos de bem estar e estimulação de sua autoestima. Considerando essa experiência, percebeu-se significativos avanços no contexto de vida destas mulheres, como por exemplo, redução do isolamento e criação do sentimento de pertencimento ao grupo e segurança perante a convivência com as demais. Outro ponto crucial nesta trajetória, foi o rompimento com o ciclo de reincidência da violência e o esforço para um novo planejamento de vida, buscando recuperar a resiliência à liberdade e dignidade de viver. Este grupo tornou-se um espaço seguro, acolhedor, onde as mulheres puderam compartilhar experiências, receber informações e construir estratégias pessoais e também coletivas, que de fato, contribuíram para a superação deste ciclo de violência. Conclui-se que o grupo socioeducativo se mostrou uma ferramenta eficaz no enfrentamento da violência doméstica dentro dos serviços da rede socioassistencial. Deste modo, o assistente social foi um agente de transformação neste grupo de apoio, visto que, sua capacidade e articulação garantiram que esse espaço fosse efetivo no

acolhimento, fortalecimento e emancipação das participantes, agindo como facilitador do acesso aos seus direitos e incentivando a reconstrução de suas vidas.

Palavras-chave: Serviço Social; Violência Doméstica; Grupo Socioeducativo.

CASA DE ZABELÊ: PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL E EXPLORAÇÃO SEXUAL EM TERESINA – PIAUÍ

Eixo: Política de assistência social e proteção social às mulheres em situação de violência

Etapa e/ou ao tipo de trabalho: Relato de Experiência

*Annanda Dias Almeida
Ariana Maria da Paz Costa Moura*

Resumo: A Casa de Zabelê, localizada em Teresina-PI, foi criada em 1994 como resposta a uma iniciativa do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, diante dos alarmantes índices de exploração sexual de meninas nas principais praças da cidade. Implantada em 1996, a instituição tem como objetivo prevenir e enfrentar diversas formas de violações de direitos contra crianças e adolescentes do sexo feminino, jovens de ambos os sexos e suas famílias em situação de vulnerabilidade e risco, com ênfase no combate ao abuso e à exploração sexual. O nome do serviço remete à lenda de Zabelê, uma mulher indígena que perdeu a vida após apaixonar-se por um homem de uma tribo rival, simbolizando a luta contra injustiças e violências que ainda hoje vitimizam crianças e adolescentes. Inserida na Política de Assistência Social, a Casa de Zabelê opera em nível municipal por meio de uma parceria entre a instituição ASA, ligada à Igreja Católica, e a Prefeitura de Teresina. Sua atuação é intersetorial, articulando-se com órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, como Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, escolas, Poder Judiciário e Ministério Público. O serviço realiza ações socioeducativas com os usuários e suas famílias, oferecendo atendimentos psicológico, social e pedagógico. Essas ações têm como objetivo fortalecer os vínculos familiares e a convivência, enfatizando a educação sexual como parte fundamental na prevenção e enfrentamento da violência. Além disso, a Casa de Zabelê promove reflexões sobre as raízes étnicas da formação do povo brasileiro, incentivando crianças, adolescentes e jovens a compreenderem o sistema social em que vivem, onde gênero, cor da pele e classe social se entrelaçam como fatores geradores de ciclos de violência. Dessa forma, o serviço busca capacitá-los a identificar e enfrentar essas realidades. Entre os projetos desenvolvidos pelo serviço, destaca-se o Projeto Girassol, que realiza discussões sobre violência, com ênfase na violência sexual, em escolas da Zona Norte da cidade. Sob uma perspectiva de gênero, o abuso sexual é tratado como uma forma de dominação e abuso de poder, que vai além do ato físico, atingindo dimensões psicológicas e sociais. Durante o estágio na Casa de Zabelê, foi possível aprofundar a compreensão das realidades vivenciadas pelas usuárias, predominantemente crianças e adolescentes negras em contextos de vulnerabilidade social. Nesse espaço sócio-ocupacional, a questão social se manifesta por meio da pobreza, da violência de gênero e da violação de direitos. Esse período de aprendizado também possibilitou o desenvolvimento de um projeto de intervenção voltado à discussão dos processos históricos de desigualdade que marcam as relações de gênero na sociedade brasileira. A Casa de Zabelê

consolida-se, assim, como um espaço de acolhimento e resistência, enfrentando os desafios impostos por um contexto neoliberal que precariza políticas públicas e aprofunda as desigualdades sociais.

Palavras-chave: Gênero; Educação Sexual; Abuso Sexual; Exploração Sexual; Assistência Social.

AS CONEXÕES ENTRE GÊNERO E ESTADO NA CONSTRUÇÃO DO PAPEL SOCIAL DA MÃE E SEUS ATRAVESSAMENTOS COM AS VIOLÊNCIAS

Eixo: Política de assistência social e proteção social às mulheres em situação de violência

Etapa e/ou ao tipo de trabalho: Pesquisa com resultados parciais

*Adathiane Farias de Andrade
Emanuel Luiz Pereira da Silva*

Resumo: Este trabalho é fruto de nossas investigações e análises bibliográficas no processo de doutorado. Buscamos refletir sobre as conexões entre gênero, violência e Estado na produção de narrativas acerca do papel social das mães, procurando entender como essas narrativas manejam as noções de gênero ligadas ao ideal de maternidade e domesticidade. Para Badinter (2011) cada sociedade e cultura podem apresentar um modelo ideal de maternidade e torná-lo predominante, este pode variar conforme épocas distintas, contudo, sendo conscientemente ou não, todas as mulheres o carregam. A noção da maternidade intimamente ligada à natureza pesa fortemente sobre as mulheres, suas escolhas e certamente conduz à produção de um ideal a partir do que se convencionou chamar de “boa mãe”. Pensando sobre quem deve guardar e cuidar das crianças, tal trabalho atribui à maternidade uma credibilidade e autoridade moral de competência singular às mães, sendo seu oposto uma fronteira impensável do feminino (VIANNA, 2014). De alguma maneira, as mães que renunciam esse papel podem incidir em desordens de gênero, “mulheres lidas como personagens de descuido e perturbadoras do cotidiano, potenciais catalisadores dos constrangimentos de Estado” (EFREM; MELO, 2021, p. 333). É sob a referência da matriz heterossexual que família e maternidade são construídas de forma idealizada e seguem onerando e vulnerabilizando as mulheres. Haja vista que as convenções morais de gênero sustentam a existência de uma ligação natural e incontestável entre as mães e seus filhos(as), também a ela compete a administração prioritária do cuidado, mesmo sob o limite do sacrifício, pois verdadeiramente é que se espera da mãe, enquanto guardiã do modelo ideal de família heteropatriarcal. Na “falha” desse cuidado, resta-lhe servir para justificar a possível elevação de índices de violência, criminalidade e falência do referido modelo, porém a mesma indignação moral e constrangimento não recaem sobre a figura do pai. A construção dessa narrativa serve ainda para ocultar a opacidade do Estado e seu nebuloso horizonte de atuação permeado por ausências, precariedades e jogos de interesses. Segundo Vianna e Lowenkron (2017), é impossível pensar as relações, dinâmicas e representações de gênero “fora do Estado”, exatamente porque este produz e confecciona suas performances. A ideia de Estado deve ser pensada a partir de seus qualitativos morais, sobretudo, a sua capacidade de moldar, limitar, produzir desejos e horizontes de possibilidades atravessados por atributos, representações e práticas de gênero. Examinar as histórias das mulheres/mães é sem dúvida compreender que elas não são uma massa homogênea e indiferenciada, sendo necessário considerar o

contexto em que vivem e como as intersecções de raça, classe, gênero e sexualidade as posicionam de forma diferente no mundo e nas relações globais de poder, e mesmo, junto a práticas de Estado generificadas em relação ao gênero, cuja violência torna-se algo imperceptível ou improvável.

Palavras-chave: violência, gênero, Estado, matriz heterossexual, interseccionalidade.

GRUPOS REFLEXIVOS DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES, UMA POLÍTICA PÚBLICA NECESSÁRIA

Eixo: Organizações e iniciativas feministas para o enfrentamento da violência contra mulheres

Etapa e/ou ao tipo de trabalho: Relato de Experiência

Neusa Elaine Couto Ledesma

Resumo: violência de gênero doméstica e familiar fenômeno complexo e multifatorial. A raiz da violência está na desigualdade da estrutura social os sistemas de dominação, opressão, exploração operam juntos. Estado do bem-estar não chegou a ser implementado. Garantias sociais enfraquecidas. Os baixos investimentos, a redução ou retirada de direitos são ameaças reais às mulheres. Considerações iniciais: prevenir e enfrentar essa problemática exige políticas públicas efetivas. Precisamos adotar estratégias como a articulação em rede intersetoriais. Garantir serviços de apoio, orientação e assistência para mulheres e homens; grupos reflexivos vêm com esse objetivo. A lei maria da penha inovou ao adotar uma perspectiva de direitos humanos, de assistência às mulheres em situação de violência, mas, sobretudo, de prevenção da ocorrência/reincidência das violências. Sua potência está no caráter pedagógico. Vide os Arts. 8º, 22 35. Não possui caráter punitivo. Em 2020, restaram instituídas como medidas protetivas de urgência que obrigam ao agressor o comparecimento a programas de recuperação e acompanhamento psicossocial por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio. Grupos reflexivos de homens autores de violência contra mulheres são iniciativas que têm por objetivo possibilitar condições para que eles repensem seus papéis nas relações familiares e de afeto, nos termos da lei maria da penha, tudo com vistas à redução dos casos de reincidência no âmbito da violência doméstica e familiar. Considerações finais: os dados levantados nas pesquisas são incontestes e confirmam as assertivas de que as violências de gênero – doméstica e familiar na nossa região são graves, impondo-se atuação resolutiva, efetiva, que vá além das denúncias e protestos. vide o anuário do fórum nacional de segurança pública e o atlas da violência de 2024, Lupa e o Observatório Nosotras. Portanto, precisamos investir na transformação da cultura patriarcal, desconstruindo a misoginia, os preconceitos, atuando de modo articulado e envolvendo os autores das violências; construindo novos paradigmas, dando espaço às concepções de autonomia e emancipação e que no sistema de justiça seja efetivamente adotado o protocolo de julgamento com a perspectiva de gênero, pois só assim passaremos para outro patamar civilizatório e respeito às mulheres. A presente comunicação, baseada na percepção oriunda do trabalho desenvolvido na Delegacia Especializada da Mulher pelo Projeto JUS MULHER, da ABMCJ Pelotas, estudos nos Tribunais de Justiça e tem por objetivo levantar o debate junto aos gestores, à Rede de Proteção e sociedade civil em geral. Os Tribunais de Justiça têm

responsabilidade sobre esse serviço, 2º Resolução CNJ. O CREA, 2º o SUAS deve trabalhar com as famílias em situação de violência.

Palavras-chave: violência de gênero, grupo reflexivo, masculinidades.

RELAÇÃO DAS AUTORAS DE COMUNICAÇÕES ORAIS

ADATHIANE FARIAS DE ANDRADE – Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mestra em Serviço Social e doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da mesma universidade.

Contato: adathiane@hotmail.com

AKNATON TOCZEK SOUZA – Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), doutor e mestre em Sociologia (UFPR), pós-doutor em Sociologia Política na Universidade Vila Velha (UVV), pós-doutorando em Antropologia no Programa de Pós-graduação em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense (UFF), é professor do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos e do curso de Direito na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

Contato: aknaton.souza@ucpel.edu.br

ALENE SILVA DA ROSA – Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, é bolsista CAPES/PROEX na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

Contato: alene.rosa@sou.ucpel.edu.br

ANA CAROLINE MONTEZANO GONSALES JARDIM – Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), professora convidada do Centro de Formação e de Desenvolvimento do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul e assistente social do Tribunal de Justiça do RS.

Contato: acjardim@tjrs.jus.br e anacarolgonsalesjardim@gmail.com

ANNANDA DIAS ALMEIDA – Mestranda em Política Social e Direitos Humanos no PPG-PSDH/UCPEL, é assistente social no IFRS, campus Rio Grande/RS.

Contato: annanda.almeida@riogrande.ifrs.edu.br

ARIANA MARIA DA PAZ COSTA MOURA – Assistente Social ASA/Casa de Zabelê, Teresina – PI – Brasil.

Contato: arianampfcosta@gmail.com

BRUNA DA ROSA ALVES – Bacharela em Antropologia Social e Cultural, é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Contato: brunaralvess@gmail.com

DANDARA BARCELLOS DE OLIVEIRA – Mestre em Direito (UFPel) e doutoranda em Política Social e Direitos Humanos (UCPEL), é bolsista Capes e professora de Ensino Superior na Faculdade João Paulo II.

Contato: barcellosdandara@gmail.com

EMANUEL LUIZ PEREIRA DA SILVA – Bacharel e licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), graduado e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), doutor em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com pós-doutoramento no mesmo Programa, é professor do Departamento de Serviço Social e do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Contato: emanuel.nepps.ufpb@gmail.com

FRANCYS PERUZZI SALEH – Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), é professora visitante no Centro Universitário SENAI/SC (UniSENAI).

Contato: fpsaleh@gmail.com

JESSICA DE SOUZA OLIVEIRA – Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

Contato: oliveira.jessicadesouza93@gmail.com

LAURA ALVES MENON – Pós-Graduada em Criminologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e graduanda em Direito pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

Contato: laura.menon@sou.ucpel.edu.br

MARIANA DE OLIVEIRA MONTEIRO – Graduada em Serviço Social, é assistente social no Hospital da Ebserh-FURG/Rio Grande.

Contato: mari_ana_oliveira@outlook.com

MIRIAM STEFFEN VIEIRA – Doutora em Antropologia Social (2007), Mestre em História (1997) e Licenciada em História (1993) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é professora visitante no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), no Laboratório de Ciências Sociais e no Centro de Investigação e Formação em Gênero e Família da Uni-CV.

Contato: miriamsteffen@gmail.com

NEUSA ELAINE COUTO LEDESMA – Graduada em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Contato: neusaledesma@hotmail.com

QUELES CRISTINA SILVA DE BRAZ – Licenciada em História (UFPEL), bacharel em Direito (UCPEL), especialista em Gestão de Pessoas (ANHANGUERA), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), é supervisora da Sede Avançada do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCON) na subseção do Poder Judiciário Federal em Pelotas.

Contato: queles.braz@sou.ucpel.edu.br e qcb08@jfrs.jus.br

ROSEMERI DE FREITAS ULGUIM AMARAL – Bacharel em Serviço Social (UCPEL), especialista em Gestão Pública (CLARENTIANO), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), é assistente social na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Contato: rosemeri.amaral@sou.ucpel.edu.br

SAMARA MOREIRA DE PAULA – Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

Contato: ssamaramoreiradepaula@gmail.com

SIMONE MACIEL PEDERZOLLI – Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

Contato: simone.pederzolli@sou.ucpel.edu.br

VINI RABASSA DA SILVA – Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), mestre e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), é professora no Curso de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). É a coordenadora do Observatório NOSOTRAS de Enfrentamento à Violência contra Mulheres na Zona Sul do Rio Grande do Sul

Contato: vini.silva@ucpel.edu.br